

ilhas Baleares, na denominada “Operação Pinto”, que resultou no desmantelamento de uma rede de exploração de imigração ilegal e na identificação de diversos suspeitos portugueses envolvidos no comércio ilegal de armas.

Pelas suas extraordinárias qualidades e virtudes pessoais e profissionais, pela excelência da sua ação em prol da segurança e da ordem pública e pela forma ímpar como vem sabendo interpretar as ameaças e os desafios da sociedade atual, estimulando respostas globais assentes numa cooperação aberta e sem fronteiras, particularmente entre os dois Estados Ibéricos, devem os serviços que o *Comandante D. Francisco Sacristán Paris* vem prestando a Portugal ser publicamente destacados e classificados de extraordinariamente importantes, relevantes e distintos.

20 de novembro de 2012. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

206659524

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 813/2013

Por despacho datado de 13 de dezembro de 2012, do Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, foi autorizado o regresso à efetividade de serviço da Polícia de Segurança Pública, da situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 2 de janeiro de 2013, do Agente M/151927 — *Elias António Campelo Gonçalves*, com destino ao Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública de Lisboa.

7 de janeiro de 2013. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

206658893

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 814/2013

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal Judicial de Portalegre votada pela Assembleia Municipal de Portalegre, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º - *ex vi* do artigo 38.º - e do artigo 37.º do referido Decreto-Lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

14 de dezembro de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Tribunal Judicial de Portalegre

Efetivos

Ana Isabel Belo Costa
Ana Luísa Leme Freitas
Anabela Reia Afonso
Antero de Figueiredo Marques Teixeira
Carlos Alberto Canário Raimundo Miranda
Cristina Biscaya Cardoso
Gonçalo Manuel Delicado Pacheco
Ilda Maria Alves Farinha
João Manuel Roque da Costa Rolo
Lídia Maria Guerra Baptista

Lourenço Ernesto Barreto Almeida
Lúcia Maria Lopes Gonçalves Papafina
Luís Fernando Belchior Maurício
Maria Luísa de Sousa Panaças
Rui Manuel Semedo Quintino

Suplentes

Ana Isabel Vivas Cesteiro
Ana Paula Calado Baptista Enes de Oliveira
Antónia Maria Gonçalves Chambel
Augusto Eduardo Candeias Moura
Berta Maria Pereira Nunes Miranda
Carlos Alberto da Conceição Afonso
Cláudia da Costa Barros Mourato Nunes Roque
Fernando António Trindade Rebola
Filipe João Lopes Mouzinho Serrote
Inês Alexandra Marvanejo Parola
João José Romão São João
José Manuel Gonçalves Polainas
Lina Dulce Caetano Alexandre
Luís Manuel Matos Vaz
Manuel António Venâncio Dias
Maria Cecília da Costa Amaral Barbado
Maria da Assunção de Brito Sadio
Maria de Deus de Castro Correia Bentes e Bravo
Maria de Fátima Esteves Lourinho
Maria do Carmo Sousa Lopes Mouzinho Serrote
Maria Fernanda Serineu Bacalhau
Maria Filomena Monteiro Morgado
Maria Helena Carona Bragança
Maria Luísa Galiano Tavares Moreira
Maria Manuel Taniças Bravo Ferro Ascensão
Maria Margarida Lourenço Tomás Cândido Boavida Malcata
Miguel José Chambel Vicente
Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo
Valéria Bagina Garcia
Vânia Filipa Dias Ascensão

206656746

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 679/2013

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 e 31 de dezembro de 2012:

João da Trindade Lopes, Inspetor-Chefe, Escalão 6, em 01-12-2012;
Mário Júlio Marques da Silva, Inspetor-Chefe, Escalão 4, em 01-12-2012;
José António Nunes Peneda, Inspetor-Chefe, Escalão 4, em 01-12-2012;
João Carlos Fernandes Teixeira Direito, Inspetor, Escalão 9, em 01-12-2012;
Fernando Manuel da Silva Aquino David, Inspetor, Escalão 9, em 01-12-2012;
Maria Leonor Santos Oliveira Tomaz, Inspetor, Escalão 9, em 01-12-2012;
Manuel Joaquim Pessoa de Lencastre Queirós, Inspetor, Escalão 7, em 01-12-2012;
João António Chambel de Matos Isidro, Especialista Adjunto, Escalão 9, em 01-12-2012;
Maria Filomena Espada da Silva, Especialista Auxiliar, Escalão 9, em 01-12-2012;
José António Real Farinha, Especialista Auxiliar, Escalão 6, em 01-12-2012;
Maria de Fátima Afonso Xavier, Especialista Auxiliar, Escalão 3, em 01-12-2012;
José Manuel da Rocha Soares, Segurança, Escalão 9, em 01-12-2012;

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

8 de janeiro de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

206658058